

**AGN INNOVA S.A.**  
CNPJ: 01.803.032/0001-88 – NIRE: 35300446294

**DATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2025**

**DATA:** 10/09/2025, às 10:00 horas. **Local:** Sede Social, na Calçada Antares, 245, sala 22, Centro de Apoio II, Alphaville, Santana de Parnaíba/SP. **Presença:** Totalidade dos acionistas. **Mesa:** Presidente: Adela Elizabeth Aschermann; Secretário: Victor Umberto Zucchi Galimberti. **Ordem do dia:** 1ª. Reformular o artigo 3º do Estatuto Social que trata do Objeto Social da Sociedade, acrescentando o Parágrafo Único. **2ª. Reformular o artigo 14º do Estatuto Social** que trata do Objeto Social e do prazo da Sociedade e de seus atos societários; b) os efeitos econômicos, sociais, ambientais e jurídicos de curto e longo prazo das atividades relacionadas ao objeto social da Sociedade em relação à comunidade em que ela atua local e globalmente; c) os efeitos de curto e longo prazo de seus atos sobre os seguintes atores relacionados à Sociedade: a) os acionistas; b) os empregados atuais; c) os fornecedores, consumidores e demais credores; d) a comunidade e o meio ambiente global e local. **3ª.** Para efeito de arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo o Estatuto Social devidamente consolidado e a presente Ata. **4ª.** Para a aprovação do balanço anual e elaboração do relatório. **5ª.** Sr. Presidente, declarar suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavatura desta ata em livro próprio, a qual logo após foi lida, aprovada e por todos assinada. **Assinaturas:** Adela Elizabeth Aschermann - Presidente / Antonio Umberto Zucchi Galimberti - Secretário / Acionista: Vivian Adriano Guerrero - Acionista - JUCESP nº 428.055/25-6 em 08/12/2025. **Mesa:** Presidente: Adela Elizabeth Aschermann; Secretário: Victor Umberto Zucchi Galimberti. **Duração:** **Artigo 1º.** A "AGN INNOVA S.A." é uma sociedade anônima, que se regerá pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A Sociedade tem sede e foro na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, podendo, por resolução da Diretoria, abrir filiais em qualquer localidade do país, observadas as disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. **Artigo 3º.** A Sociedade tem por objeto: a) a prestação de serviços de mercado e opinião pública; (c) treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; (d) assessoria em gestão empresarial; (e) serviços de assessoria de comunicação; e (f) participação no capital de outras empresas, como acionista ou sócia. **Parágrafo Único.** – O exercício das atividades relacionadas ao objeto social da Sociedade deverá considerar: a) os efeitos econômicos, sociais, ambientais e jurídicos de curto e longo prazo das operações da Sociedade em relação aos empregados atuais, fornecedores, consumidores e demais credores da Sociedade, como também em relação à comunidade em que ela atua local e globalmente. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. **Capítulo II - Do Capital e Ações:** **Artigo 5º.** O Capital Social é de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), dividido em 110.000 (cento e dez mil) ações, cada uma com o valor nominal de R\$ 0,50 (cinco por cento) do valor das deliberações da Assembleia Geral. **Capítulo III - Da Administração:** **Artigo 6º.** A Sociedade será administrada por uma Diretoria, composta por no máximo 02 (dois) e no máximo 05 (cinco) Diretores, sendo 01 (um) Diretor Presidente e até 04 (quatro) Diretores Técnicos, acionistas ou não, residentes ou não no país, para a presidência da assembleia geral que fixará sua remuneração. **Artigo 7º.** Os diretores serão eleitos pelo voto dos acionistas, em Assembleia Geral convocada para este fim. **Artigo 8º.** O mandato, os diretores continuarão no exercício de seus cargos até a posse dos eleitos. **Artigo 9º.** Os diretores ficam dispensados de prestar caução em garantia de suas gestões. **Artigo 9º.** A investidura no cargo de diretor far-se-á por termo lavrado e assinado no livro de Atas de Reuniões da Diretoria. **Artigo 10º.** Em caso de vaga de um dos cargos da Diretoria, nos termos da legislação aplicável, o Conselho Fiscal poderá nomear um substituto temporário. **Artigo 11º.** O prazo da Assembleia geral que então deliberar sobre o provimento definitivo do cargo. O substituto eleito servirá até o término do mandato do substituído. **Artigo 11º.** Nos casos de impedimentos ou ausências temporárias de qualquer um dos diretores, os remanescentes escoherão, dentre si, o substituto que exercerá as funções do substituído cumulativamente. **Artigo 12º.** Os diretores serão eleitos pelo voto dos acionistas, em Assembleia Geral convocada para este fim. **Artigo 13º.** O prazo de mandato de votos. **Artigo 13º.** A Sociedade só se vinculará mediante assinatura: a) da 02 (dois) Diretores, em conjunto; ou b) de 01 (um) Diretor, em conjunto com um procurador, devidamente constituído na forma do Parágrafo Primeiro desta cláusula; ou c) de 02 (dois) procuradores, estes devidamente constituídos na forma do Parágrafo Primeiro desta cláusula; ou d) de 01 (um) Diretor, em conjunto com um procurador, devidamente constituído na forma do Parágrafo Primeiro desta cláusula; ou e) de 02 (dois) procuradores, estes devidamente constituídos na forma do Parágrafo Primeiro desta cláusula. **Artigo 14º.** A Assembleia Geral – Todas as proclamações em nome da Sociedade deverão ser outorgadas por 02 (dois) Diretores, em conjunto, especificando todos os poderes especiais, dentro dos limites estabelecidos no respectivo instrumento judicial, que deverá expressamente identificar os poderes outorgados e, com exceção daqueles com poderes "ad iudicium", terão prazo de validade de até 02 (dois) anos, a contar do ato da nomeação. **Artigo 14º.** Para a consecução dos objetivos sociais fica a Diretoria investida de plenos poderes, inclusive para contratar obrigações, alienar imóveis, transferir, ceder e renunciar direitos, cabendo-lhes, além das atribuições legais: a) organizar o Regulamento Interno da sociedade; b) deliberar sobre a criação e extinção de filiais; c) tomar conhecimento do balanço anual e elaborar o relatório; d) assessorar a administração da Diretoria, publicando-os sob sua assinatura. **Parágrafo Único.** – Os diretores terão suas atribuições fixadas em Reunião Diretoria. **Parágrafo Segundo.** – O desempenho de suas funções, os administradores da Sociedade deverão considerar o melhor interesse da Sociedade, incluindo os interesses, as expectativas, e os efeitos de curto e longo prazo de seus atos sobre os seguintes atores relacionados à Sociedade: a) os acionistas; b) os empregados atuais; c) os fornecedores, consumidores e demais credores; d) a comunidade e o meio ambiente global e local. **Capítulo IV - Das Assembleias Gerais:** **Artigo 15º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses de cada ano e, extraordinariamente, quando necessário. **Artigo 16º.** A Assembleia Geral será instalada por um dos diretores e presidida pelo acionista escoelho para este fim. **Artigo 17º.** O Conselho Fiscal terá o seu funcionamento não permanente, sendo instalado a pedido de acionistas, dentro do que precutiu o artigo 161 da Lei 4040/76. **Artigo 18º.** O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, leigos, e supletivos em igual número, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, para um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos. **Artigo 19º.** O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se, portanto, em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 20º.** O balanço, obedente a todas as prescrições legais, será lavrado em 31 de dezembro de cada ano. A critério da Diretoria, a Sociedade poderá levantar balanços intercalares, no último dia útil de cada mês. **Artigo 21º.** Do lucro líquido apurado em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados ao pagamento de dividendos aos acionistas, e o restante, 75% (setenta e cinco por cento) será destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas; e c) o saldo, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria, observadas as disposições legais atinentes a matéria. **Parágrafo Primeiro.** – O valor dos juros pagos ou creditados, a título de capital próprio, nos termos do art. 9º, § 7º da Lei nº 2.449/65 e legislação e regulamentação pertinentes, não será considerada para o cálculo dos dividendos. **Parágrafo Segundo.** – Os prejuízos ou parte deles poderão ser absorvidos pelos acionistas, mediante rateio, a ser atribuído a cada ação em que se divide o capital próprio, após a absorção dos saldos existentes em lucros acumulados, reservas de lucros e reservas de capital, nestas ordens. **Artigo 22º.** O dividendo não será obrigatório no ano em que for declarado, podendo ser pago em parcelas sucessivas, a critério da Diretoria. **Artigo 23º.** O dividendo não será pago à Assembleia Geral Ordinária que se distribua dividendo inferior ao obrigatório ou nenhum dividendo. A Assembleia Geral poderá, também, se não houver oposição de nenhum acionista presente, deliberar distribuição de dividendos inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro. **Artigo 23º.** O prazo para pagamento do dividendo será estipulado pela Assembleia Geral, não ultrapassando o exercício. **Artigo 24º.** A Diretoria tem poderes para determinar a distribuição de lucros e/ou dividendos intermediários e juros sobre o capital próprio (Lei nº 2.449/65), dentro dos limites legais e ad referendum, da Assembleia Geral de acionistas que aprovar as contas daquela exercício social. **Estatuto Social Atualizado Até a G.E. De 10.09.2025.** **Assinaturas:** Presidente/Acionista: Vivian Adriano Guerrero - Acionista; Victor Umberto Zucchi Galimberti - Secretário; Acionista: Vivian Adriano Guerrero - Acionista.

Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda.  
Para verificar as assinaturas vá ao site <http://assinaturas.certsign.com.br> e utilize o código DC7B-60D8-132A-7757.



**PORTAL SOLAR S.A.** - CNPJ/MF nº 18.947.568/0001-80 - NIRE 3530051814  
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE JULHO DE 2025

[illegible]



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/DC7B-60D8-132A-7757> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: DC7B-60D8-132A-7757



Hash do Documento

0326C073602996F1CADF4726F014CA4A21758B709F7FFAAEFA6AD406037BF705

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 19/12/2025 é(ão) :

- ☒ JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) -  
39.732.792/0001-24 em 19/12/2025 00:00 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

Evidências

**Geolocation:** Latitude: -23.6474342 Longitude: -46.5548958 Accuracy: 20  
**IP:** 172.16.4.7  
**AC:** AC Certisign RFB G5

